



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.551	8.462
Outros tributos compensáveis	6	277	227
Empréstimos a receber	8		2.224
Outros créditos	10	241	334
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>3.069</b>	<b>11.247</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	7	4.928	736
Cauções e depósitos vinculados		3	22
Ativos da concessão	9	42.644	14.833
Outros créditos	10	70	
		<b>47.645</b>	<b>15.591</b>
Imobilizado		2	2
		2	2
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>47.647</b>	<b>15.593</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>50.716</b>	<b>26.840</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2019	2018
<b>Receitas</b>	15	25.277	6.084
<b>Custo</b>	16		
Custo de construção da infraestrutura da concessão		(33.701)	(5.461)
		<b>(33.701)</b>	<b>(5.461)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>(8.424)</b>	<b>623</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	17		
Despesas gerais e administrativas		(3.572)	(608)
		<b>(3.572)</b>	<b>(608)</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>(11.996)</b>	<b>15</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	18	1.006	2.663
Despesas financeiras		(1.339)	(4.476)
		<b>(333)</b>	<b>(1.813)</b>
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<b>(12.329)</b>	<b>(1.798)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	19		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.192	611
		<b>4.192</b>	<b>611</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(8.137)</b>	<b>(1.187)</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	20		
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,55710)	(0,08127)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2019	2018
<b>Prejuízo do exercício</b>	(8.137)	(1.187)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	(8.137)	(1.187)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Litoral Sul), concessionária de serviço público de energia elétrica, anteriormente denominada Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda., foi constituída em 17 de junho de 2016 com sua sede localizada em São Paulo no estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A Companhia é controlada integralmente pela EDP - Comercializadora e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora). Em 27 de maio de 2019 a EDP Comercializadora assinou o contrato de compra e venda da Ceepower CO, Ceepower Brazil e Brater para aquisição de 100% das quotas da Sociedade. Conforme 5º Instrumento de Alteração do Contrato Social realizado em 09 de agosto de 2019, a EDP Comercializadora passou a ser detentora da totalidade das quotas representativas do capital social da Companhia. Em Assembleia Geral ocorrida em 16 de agosto de 2019 foi aprovada: (i) transformação do tipo societário da sociedade, passando de "sociedade limitada" para "sociedade por ações de capital fechado"; e (ii) alteração da denominação social de Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda. para EDP Transmissão Litoral Sul S.A. A Companhia encontra-se em fase pré operacional de construção de sua linha de transmissão e o contrato de concessão estabeleceu início de operação comercial em 27 de junho de 2020.

**2. CONCESSÃO**

A Companhia arrematou o lote Q na 1ª etapa de leilão de transmissão nº 13/2015, ocorrido em 13 de abril de 2016, por meio do processo nº 48500.003580/2015-77 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por 2 subestações e 142 km de extensão de linha localizada entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 18/2016 com as seguintes características:

Extensão da linha	Moda-idade	Origem	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
142 km	Serviço Público	Serviço Público	SC/RS	3 LT 230 kV; SE 230/69 kV; 27/06/2016	27/06/2016	27/06/2046	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento. **2.1 Receita anual permitida - RAP:** O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber o pagamento da RAP de R\$40.085 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão anualmente e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão. A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação, entre outros índices) e a regulamentação específica. **2.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:** A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

**3. LICENÇAS AMBIENTAIS**

A Companhia apresenta as seguintes obtenções das licenças ambientais requeridas para a construção e operação do empreendimento:

Descrição da Linha	Órgão Licenciador	Processo	Licença Prévia	Licença de Instalação
Subestação Tubarão Sul		DIV/22007/CTB	08/12/2017	08/08/2018
LT 230 kV Jorge Lacerda B - Tubarão Sul e LT 230 kV Tubarão Sul - Siderópolis (seccionamento)	IMA - SC	DIV/22011/CTB	02/03/2018	02/10/2018
LT 230 kV SE Torres 2 - SE Forquilha	IBAMA - DF	02001.000467/2017-21	18/09/2018	24/05/2019
LT 230 kV SE Atlântida 2 - SE Torres 2 e Subestação Torres 2	FEPAM - RS	004389-0567/17-8	31/07/2019	

Adicionalmente, para que seja possível a obtenção dessas Licenças, são também necessárias outras licenças e autorizações específicas de órgãos intervenientes.

**4. BASE DE PREPARAÇÃO**

**4.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	9.822	364
Outros tributos a recolher	6	45	4
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	13		67
Provisões	12	2.044	461
Outras contas a pagar	10	200	61
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>12.111</b>	<b>896</b>
<b>Não circulante</b>			
PIS e COFINS diferidos	7	3.958	1.360
Empréstimos e financiamentos	13		12.280
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	20.146	
Provisões	12	9.325	
Outras contas a pagar	10	132	
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>33.561</b>	<b>13.773</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14.1	14.609	13.599
Prejuízos acumulados		(9.565)	(1.428)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>5.044</b>	<b>12.171</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>50.716</b>	<b>26.840</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	2019	2018
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>27.886</b>	<b>6.764</b>
Receita com construção da infraestrutura	26.839	6.141
Outras Receitas	1.047	623
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(35.834)</b>	<b>(5.655)</b>
Materiais	(16)	
Serviços de terceiros	(1.949)	(138)
Custo de construção da Infraestrutura da Concessão	(33.701)	(5.461)
Outros custos operacionais	(168)	(56)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(7.948)</b>	<b>1.109</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	1.017	2.663
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(6.931)</b>	<b>3.772</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	1.005	277
Benefícios	41	12
FGTS	40	26
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.401)	105
Estaduais	14	
Municipais	13	8
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.339	4.476
Aluguéis	155	55
	<b>1.206</b>	<b>4.959</b>
Prejuízo do exercício	(8.137)	(1.187)
	<b>(6.931)</b>	<b>3.772</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de janeiro de 2020. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração. **4.2 Práticas contábeis:** As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem. **4.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 21.1.1. **4.4 Uso de estimativa e julgamento:** Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e emissões pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 7); Ativos da concessão (Nota 9); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 21.1.2.1). **4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.6 Redução ao valor recuperável:** A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado. Uma perda de valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado. **Ativos financeiros e contratuais:** São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável. **4.7 Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas:** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

Número/ Descrição	Correlação IASB	Data Publicação (Brasil)	Obrigatoriedade de adoção	Impactos Contábeis	Método de Adoção	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante
CPC 06 (R2) - Arrendamentos (Nota 4.7.1)	IFRS 16	Pronunciamento	21/12/2017	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios	
CPC 42 - Contabilidade em Economia Hiperinflacionária	IAS 29	Pronunciamento	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção	
ICPC 23 - Aplicação da Abordagem de Atualização Monetária Prevista no CPC 42	IFRIC 7	Interpretação	21/12/2018	(*)	Sem impactos	Não aplicável sua adoção	
ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (Nota 4.7.2)	IFRIC 23	Interpretação	21/12/2018	01/01/2019	Sem impactos relevantes	Sem impactos relevantes da adoção para os exercícios	
Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 13/2018 (Nota 4.7.3)	Revisão Diversos CPCs		01/11/2018	01/01/2019	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios	
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Conceptual Framework) (Nota 4.7.4)	Conceptual Framework	Estrutura Conceitual	10/12/2019	01/01/2020	Sem impactos	Sem impactos da adoção para os exercícios	

(\*) obrigatória somente quando do enquadramento da moeda funcional utilizada pela entidade no alcance de economia hiperinflacionária apresentada pelo pronunciamento CPC 42.

Pronunciamento Técnico CPC 00. Diante dessa revisão pelo Comitê Internacional, no Brasil o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 1º de novembro de 2019, conforme as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores, aprovou o CPC 00 (R2), tornando pública sua aplicação no país. Apesar da Estrutura Conceitual não ser um pronunciamento propriamente dito, sendo que nada contida nela se sobrepõe a qualquer pronunciamento ou qualquer requisito em pronunciamento, para o Grupo é notória a importância de sua avaliação e divulgação de suas revisões, uma vez que a mesma é utilizada como base para reconhecimento contábil, conforme previsto no CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis (em correlação IAS 1). Ademais, sua importância se fundamenta também em seus seguintes objetivos práticos, a saber: nortear o desenvolvimento de normas futuras; auxiliar os preparadores das demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes (quando nenhum outro pronunciamento se aplica a determinada transação ou outro evento, ou quando o pronunciamento permite uma escolha de política contábil); e auxiliar todos os usuários e preparadores a entender e interpretar os Pronunciamentos. Conforme mencionado, as principais mudanças trazidas pela revisão se concentraram em atualizar a estrutura perante as normas emitidas pelo Comitê nos últimos anos, sendo as principais: (i) objetivo do relatório financeiro, que passa a ser o de fornecer informações úteis para a tomada de decisões de alocação de recursos; (ii) inclusão do conceito de prudência (definida como o exercício de cautela ao fazer julgamentos em condições de incerteza), como componente da neutralidade; (iii) definição da entidade que reporta, que pode ser tanto uma entidade legal, quanto também uma parte dela; e (iv) revisão das definições de ativo e passivo. Conforme as decisões do Comitê Internacional, sua aplicação é efetivada tão imediatas para aqueles que desenvolvem as normas (IASB e IFRS *Interpretations Committee*), mas somente requerida para os preparadores das demonstrações a partir de 1º de janeiro de 2020. A Administração da Companhia avaliou a nova estrutura conceitual e não espera que sua adoção cause impactos materiais nas Demonstrações Financeiras.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos conta movimento	6	753
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.545	7.709
<b>Total</b>	<b>2.551</b>	<b>8.462</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras estão remuneradas à taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares. As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 21.2.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>13.599</b>	<b>(241)</b>	<b>13.358</b>
Prejuízo do exercício		(1.187)	(1.187)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>13.599</b>	<b>(1.428)</b>	<b>12.171</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>13.599</b>	<b>(1.428)</b>	<b>12.171</b>
Aumento de capital	1.010		1.010
Prejuízo do exercício		(8.137)	(8.137)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>14.609</b>	<b>(9.565)</b>	<b>5.044</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)	Nota	2019	2018
------------------------	------	------	------

**Fluxo de caixa das atividades operacionais**  
 Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro (12.329) (1.187)  
**Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais**  
 Impostos diferidos 2.598 9  
 Remuneração dos Ativos da concessão 12.827 (6.765)  
 Margem na construção (6.937)  
 Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures 1.257  
**(2.584) (7.943)**

**(Aumento) diminuição de ativos operacionais**

Outros tributos compensáveis (50)  
 Cauções e depósitos vinculados 19  
 Outros ativos operacionais 32 (20)  
**1 (20)**

**Aumento (diminuição) de passivos operacionais**

Fornecedores 2.040 189  
 Outros tributos a recolher 41  
 Obrigações Sociais e Trabalhistas 24 (143)  
 Provisões (139)  
 Outros passivos operacionais (286) 219  
**1.680 265**

	Adições		Margem na construção		Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	(Notas 15 e 16)	(Nota 15)	(Nota 15) Outros	
Ativos da concessão	14.833	33.701	1.047	(11.301)	4.364
<b>Não circulante</b>	<b>14.833</b>	<b>33.701</b>	<b>1.047</b>	<b>(11.301)</b>	<b>4.364</b>

O saldo de R\$42.644 em 31 de dezembro de 2019 (R\$14.833 em 31 de dezembro de 2018) representa a conclusão de 11% do investimento previsto para o projeto (2% em 31 de dezembro de 2018), acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS).

**10. OUTROS CRÉDITOS - ATIVO E OUTRAS CONTAS A PAGAR - PASSIVO**

	Circulante		Não circulante		Valor líquido em 31/12/2019
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	
<b>Outros créditos - Ativo</b>					
Adiantamentos		1		17	
Despesas pagas antecipadamente		240		317	
Outros					
<b>Total</b>		<b>241</b>		<b>334</b>	
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>					
Créditos diversos - consumidores e concessionárias		2			
Obrigações sociais e trabalhistas	10.1	56		32	
Outros		142		429	
<b>Total</b>		<b>200</b>		<b>461</b>	

**10.1 Obrigações sociais e trabalhistas**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$9.822 (R\$364 em 31 de dezembro de 2018) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia.

**11. FORNECEDORES**

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$9.822 (R\$364 em 31 de dezembro de 2018) é composto de valores a pagar de compras de materiais e serviços relativos à construção da linha de transmissão sob concessão da Companhia.

**12. PROVISÕES**

	Passivo		Valor líquido em 31/12/2019
	Circulante	Não circulante	
Licenças ambientais	12.1	2.044	9.325
<b>Total</b>		<b>2.044</b>	<b>9.325</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido. **12.1 Licenças Ambientais:** Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reforçamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido em contrapartida dos Ativos da concessão, pela melhor estimativa, e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 8,50% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia. Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício, com base nas licenças obtidas mencionadas na Nota 3:

	Saldo em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Atualização monetária	Transfê-rencias	AVP	Saldo em 31/12/2019
Circulante	-	2.203	(139)	67	191	(278)	2.044
Não circulante	-	10.935	336	(36)	(191)	(1.755)	9.325
<b>Total</b>	-	<b>13.138</b>	<b>(139)</b>	<b>403</b>	-	<b>(2.033)</b>	<b>11.369</b>

**13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS**

**13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:**

	Encargos		Principal	Total
	Circulante	Não circulante		
<b>Empresa</b>				
BRASFER	Mútuo	n/a	875	875
CEEPPOWER CO LTD.	Mútuo	0,5% a.m	687	1.556
	(-) Custo de transação	(620)	(1.602)	(2.222)
<b>Total</b>		<b>67</b>	<b>(46)</b>	<b>12.326</b>

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva. **13.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:**

	Valor líquido em 31/12/2018	Paga-mentos	Juros Provisonados	Transfe-rência	Valor líquido em 31/12/2019
<b>Circulante</b>					
Principal	-	(13.086)		13.086	-
Juros	687	(2.740)	407	1.646	-
Custo de Transação	(620)	2.222		(1.602)	-
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>(13.604)</b>	<b>407</b>	<b>13.130</b>	-
<b>Não circulante</b>					
Principal	12.326		760	(13.086)	-
Juros	1.556		90	(1.646)	-
Custo de Transação	(1.602)		1.602	-	-
<b>Total</b>	<b>12.280</b>		<b>850</b>	<b>(13.130)</b>	-

Conforme mencionado na nota 9, os mútuos com o acionista anterior da Companhia, foram liquidados quando da aquisição pelo atual controlador EDP Comercializadora.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**14.1 Capital social:** O Capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 totalmente subscrito é de R\$575.000 e está parcialmente integralizado em R\$14.609 (R\$13.599 em 31 de dezembro de 2018). O saldo a integralizar em 31 de dezembro de 2019 é de R\$60.391 (R\$61.401 em 31 de dezembro de 2018). O Capital social em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é composto de 75.000 ações ordinárias, no valor nominal R\$1,00 cada uma e integralmente detidas pela EDP Comercializadora. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

**15. RECEITA**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir: **\* Receita de construção da Infraestrutura de construção:** A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS. **\* Receita de Operação e Manutenção (O&M):** A receita de O&M é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem. **\* Remuneração dos Ativos da concessão:** O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo dos Ativos da Concessão.

	Nota	2019	2018
Receita de construção		26.839	6.141
Remuneração dos Ativos da concessão		1.047	623
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>9</b>	<b>27.886</b>	<b>6.764</b>
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS		(2.609)	(619)
Outros encargos		(61)	(61)
<b>Total</b>		<b>(2.609)</b>	<b>(680)</b>
<b>Receitas</b>		<b>25.277</b>	<b>6.084</b>

Representa a evolução, em 2019, de 9% do investimento previsto no projeto (2% em 2018), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 11% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

**16. CUSTO DE CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA CONCESSÃO**

	Nota	2019	2018
Terrenos		127	1.278
Máquinas e equipamentos		10.863	
Adiantamento a fornecedores		10.599	
Gastos ambientais		11.508	
Outros		604	4.183
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>33.701</b>	<b>5.461</b>

**17. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS**

As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia. Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Despesas Operacionais Gerais e administrativas		
	Nota	2019	2018
Pessoal e Administradores	17.1	1.257	371
Material		16	
Serviços de terceiros	17.2	1.949	138
Arrendamentos e aluguéis		155	55
Outras		195	44
<b>Total</b>		<b>3.572</b>	<b>608</b>

**17.1 Pessoal e Administradores**

	2019	2018
Pessoal	414	280
Remuneração	211	79
Encargos	25	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	41	12
Outros benefícios - Corrente	691	371
Administradores		
Honorários e encargos	566	
	566	
<b>Total</b>	<b>1.257</b>	<b>371</b>

**17.2 Serviços de terceiros**

	2019	2018
Serviços de consultoria	723	138
Serviços de comércio	635	
Serviços de limpeza e vigilância	9	
Serviços ambientais	435	
Serviços de informática	17	
Serviços de transporte	115	
Outros	1.949	138

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Luiz Otávio Assis Henriques</b> Vice-Presidente
<b>Carlos Emanuel Batista Andrade</b> Conselheiro

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Vitor Hugo Alexandrino da Silva</b> Diretor Financeiro e Administrativo
<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)

**CONTABILIDADE**

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)
--

**18. RESULTADO FINANCEIRO**

	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras e caucões	259	698
Contratos de mútuo	86	
Variações em moeda estrangeira	670	1.965
(-) PIS/COFINS sobre Receitas financeiras	(11)	
Outras receitas financeiras	2	
<b>Total</b>	<b>1.006</b>	<b>2.663</b>

**Despesas financeiras**

Encargos de dívida		
Empréstimos e financiamentos	(1.257)	(717)
Juros e multa sobre tributos		(3.642)
Outras despesas financeiras	(82)	(117)
<b>Total</b>	<b>(1.339)</b>	<b>(4.476)</b>
	<b>(333)</b>	<b>(1.813)</b>

**19. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2019	2018
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(12.929)	(1.798)
Alíquota	34%	34%
Despesa de IRPJ e CSLL	<b>4.192</b>	<b>611</b>
Alíquota efetiva	34,00%	33,98%

**20. RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41.

	2019	2018
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(6.137)	(1.187)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	14.606	14.606
<b>Resultado básico por ações (real/ação)</b>	<b>(0,55710)</b>	<b>(0,08127)</b>

**21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas substanciais nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções. **21.1 Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode ocorrer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem. **21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros:** Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo 31/12/2019	Valor contábil 31/12/2019	Valor justo 31/12/2018	Valor contábil 31/12/2018
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial</b>						
<b>ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	Nível 2	2.545	7.709	2.545	7.709
Aplicações financeiras			<b>2.545</b>	<b>7.709</b>	<b>2.545</b>	<b>7.709</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	Nível 2	6	753	6	753
Bancos conta movimento						
Empréstimos a receber		Nível 2	3	2.224	3	2.224
Caucões		Nível 2	3	22	3	22
			<b>9</b>	<b>2.999</b>	<b>9</b>	<b>2.999</b>
<b>Total</b>			<b>2.554</b>	<b>10.708</b>	<b>2.554</b>	<b>10.708</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	11	Nível 2	9.822	364	9.822	364
Empréstimos e financiamentos	13					
Moeda nacional		Nível 2	12.347		12.347	
<b>Total</b>			<b>9.822</b>	<b>12.711</b>	<b>9.822</b>	<b>12.711</b>
			<b>9.822</b>	<b>12.711</b>	<b>9.822</b>	<b>12.711</b>

**21.1.1.1 Ativos financeiros:** Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo: **\* Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original. **\* Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original. **\* Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadrará na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes. **21.1.1.2 Passivos financeiros:** Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado. Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios. A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **EDP Transmissão Litoral Sul S.A.** São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da EDP Transmissão Litoral Sul S.A. (nova denominação da "Litoral Sul Transmissora de Energia Ltda.") (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da EDP Transmissão Litoral Sul S.A.. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações financeiras do exercício anterior:** O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 15 de fevereiro de 2019, sem modificação. Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos a demonstração do valor adicionado da Companhia em 31 de dezembro de 2018, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de junho de 2020



KPMG Auditores Independentes  
CRC SP014428/O-6  
Rosane Palharim  
Contadora CRC 1SP220280/O-9

Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2